Comissão Pró Índio do Acre – CPI-Acre
Programa de Gestão Territorial e Ambiental
Rio Branco
2020

Resumo executivo da viagem de assessoria à Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu

Paula Lima Romualdo

Texto: Paula Lima Romualdo

Edição: Julieta Matos

Diagramação: Camila Martins

Realização: CPI-ACRE COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE

AMAAIAC

Apoio: FUNDO AMAZÔNIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4

INTRODUÇÃO 5

IDENTIFICAÇÃO DA TERRA INDÍGENA 6

DISCUSSÕES DA ASSESSORIA 7

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) 8

Legado dos AAFIs 8

AAFI Chico Petxanka da aldeia Nova Morada 9

AAFIs em intercâmbio 10

O educador Fernando Henrique Kaxinawa 11

Protagonismo das mulheres 12

Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Quintais 15

Uso da medicina tradicional 17

Experiências com a criação de animais domésticos 18

Contexto de ameças e “invasões” 20

Aldeias indígenas na RESEX Alto Juruá 21

Discussões Políticas 21

Proposta de parceria com a prefeitura de Marechal Thaumaturgo 22

Acesso à água potável 22

Manejo do lixo nas aldeias 23

Ações educacionais 26

Apresentação

Entardecer na adeia Japinim II. (Foto: Paula Lima)

O conteúdo deste material apresenta informações relativas à Assessoria na Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu[1], com o objetivo de comunicação e divulgação das ações do Projeto "Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre" (2018-2022).

A viagem de assessoria descrita neste resumo executivo é uma das atividades previstas no Projeto, contratado no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) - Chamada Pública para Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI.

A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) é a instituição responsável pela execução do Projeto, em parceria com oito Associações de Terras Indígenas: Associação dos Kaxinawa do Rio Breu (AKARIB), Associação Ashaninka da Terra Indígena do Rio Breu (AARIB), Associação dos Produtores Kaxinawa da Aldeia Paroá (APROKAP), Associação Comunitária Shanenawa da Morada Nova (ACOSMO), Associação dos Povos Indígenas Shanenawa da Aldeia Shanekaya (SHANEKAYA), Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawa do Rio Carapanã (ASKPA), Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni Kuĩ do Caucho (APACH), Associação dos Seringueiros Kaxinawa do Rio Jordão (ASKARJ) e duas Organizações de Categoria Indígena: Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC e Organização dos Professores Indígenas do Acre -OPIAC.

O projeto visa apoiar a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de oito Terras Indígenas no Acre[1], a continuidade da formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas e do manejo de quintais e sistemas agroflorestais. Pretende-se também fortalecer as ações e as ferramentas de proteção territorial, promover estratégias de articulação, diálogo e troca de experiências com as populações do entorno das TIs. Os objetivos específicos do Projeto referentes à TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu serão descritos no anexo 01. Dentre outras atividades, é prevista uma viagem de assessoria por ano, durante três anos de execução do Projeto.

[1] Kaxinawa do Rio Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, Kaxinawa Seringal Independência, Kaxinawa e Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawa do Igarapé do Caucho, Kaxinawa da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera e Katukina/ Kaxinawa.

Introdução

A viagem de assessoria à TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu ocorreu entre os dias 09 de fevereiro e 08 de março de 2019.

Para a idealização e planejamento desta assessoria, articulamos previamente com o consultor indígena do Projeto, Fernando Henrique Kaxinawa, com alguns AAFIs e lideranças, representantes das Associações dos Kaxinawa do Rio Breu (AKARIB) e Ashaninka do Rio Breu (AARIB), como também planejamos com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC).

Foram previstas assessorias em 10 aldeias que contavam com a atuação de AAFIs, sendo três localizadas na RESEX Alto Juruá (onde há três aldeias Ashaninka e duas Huni Kuĩ[2]) e sete aldeias na TI.

Na modalidade de formação de "intercâmbio", participaram e contribuíram na viagem de assessoria os AAFIs Francisco Elivalter Pereira da Silva (TI Arara do Igarapé Humaitá) e José ngelo Macedo (TI Arara do Rio Amônea). De maneira geral, as atividades de formação desenvolvidas nas assessorias junto aos AAFIs e comunidades se deram na forma de mutirões, plenárias e reuniões. No anexo 02 estão detalhadas as atividades realizadas nas aldeias, durante esta viagem de assessoria.

Durante a assessoria, contamos com a participação direta de 303 indígenas, dentre o total 131 eram mulheres. Foram assessorados 10 AAFIs em suas respectivas aldeias e mais outros quatro iniciantes convidados a participar das atividades. No geral foram beneficiados indiretamente 607 indígenas (correspondente à população da TI).

Liderança feminina Ashaninka com muda do viveiro agroflorestal. (Foto: Paula Lima)

[2]Pau Furado, Nova Chanqueto, Nova Morada, São Francisco e Glória de Deus.

Identificação da Terra Indígena

A Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu está localizada na microrregião do Alto Juruá no município de Marechal Thaumaturgo. Possui uma área de 31.277 ha, com perímetro de 158 km. Na Reserva Extrativista Alto Juruá existem atualmente cinco aldeias e na TI, nove aldeias e dois novos grupos, com uma população estimada em 390 Kaxinawa e 217 Ashaninka, totalizando 607 moradores distribuídos na TI e na RESEX Alto Juruá (no anexo 03, consta a população indígena por aldeia). Os povos Kaxinawa (autodenominação Huni Kuĩ) e Ashaninka, são falantes de línguas pertencentes às famílias linguísticas Pano e Aruak, respectivamente.

A TI foi identificada pela FUNAI em 1986, demarcada em 2000 e homologada em 2001. Faz limites com a TI Kaxinawa do Rio Jordão, com a RESEX Alto Juruá, além de ser fronteira internacional com o Peru, seguindo o curso do rio Breu (Romualdo, 2019)[3].

Fim de tarde chuvoso na aldeia São José. (Foto: Paula Lima)

[3]Paula Lima Romualdo. Relatório de viagem de assessoria à Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu. CPI-Acre, 2019. 194 páginas.

Discussões da Assessoria

Atividade prática de enriquecimento de área com mudas de açaí solteiro. (AAFI Silomar, aldeia Japinim)

A assessoria aos AAFIs da TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu permitiu um melhor acompanhamento do trabalho realizado com suas comunidades e a partir disso, evidenciar ações protagonizadas pela categoria, que tem fortalecido a gestão territorial e ambiental desta TI. Com dois agroflorestais já formados e mais dois em etapa de monografia (todos representantes do povo Huni Kuĩ), observamos que a formação junto a CPI-Acre tem direcionado as iniciativas destes AAFIs, e que os formados são grandes referências técnicas dos ainda em processo inicial de formação.

Diversas experiências que visitamos nos modelos agroflorestais das aldeias são batizadas de Centro de Formação e/ou são espaços que replicam os modelos demonstrativos desenvolvidos no Centro de Formação dos Povos da Floresta da CPI-Acre.

A agradável oportunidade de assessorar as duas aldeias Ashaninka, permitiu-me compreender melhor a organização deste povo e notar como os moradores de forma geral, manifestavam disposição e satisfação durante as ações de assessoria. Sempre muito participativos, procuravam agregar mulheres, crianças, jovens e adultos durante as reuniões e práticas agroflorestais.

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)

[4]Em 2004 ocorreram as oficinas de etnomapeamento, nas quais resultaram na implementação das estratégias de gestão ambiental e territorial, expressadas no PGTA da TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu. Nos últimos anos, desde a elaboração e implementação do Plano, as comunidades indígenas desta terra vêm realizando ações significativas para a sustentabilidade e proteção de seu território, muito embora, vários desafios ainda se colocam, entre eles a proteção territorial e a relação com o entorno, enquanto importantes estratégias para manter os recursos naturais e sua qualidade de vida, frente às relações de comunidades indígenas vindas da selva central peruana: Oori e Koshireni.

Em outubro de 2017 foi realizada a Oficina de Atualização do PGTA da Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu. Teve como objetivo discutir e atualizar o Plano e fortalecer estratégias de diálogo e ações conjuntas para a sustentabilidade e qualidade de vida entre os povos indígenas da bacia binacional do rio Breu.

Dentre os objetivos específicos procurou-se: a) identificar as principais mudanças ocorridas na TI, relacionadas às dinâmicas territoriais e de uso dos recursos naturais (fauna, pesca, flora) dos Povos Huni Kuĩ e Ashaninka. b) Identificar e mapear participativamente, utilizando os oito mapas temáticos[5], as principais/atuais mudanças ocorridas na TI. c) Discutir e refletir conjuntamente as novas estratégias e ações para o PGTA da Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu.

Legado dos AAFIs

O AAFI Acelino Sales, que não mora mais na TI e segue trabalhando como artista plástico com o Movimento MAKHU - Movimento dos Artistas Huni Kuĩ, já foi agroflorestal das aldeias São Jorge e Cruzeirinho. Em ambas as aldeias, há produção de açaí touceira, buriti, pupunha, os quais foram introduzidos pelo agroflorestal a partir de sementes trazidas do CFPF. Acelino sempre é relembrado por vários moradores, que elogiam muito o seu trabalho enquanto foi AAFI destas aldeias.

Outro grande fortalecedor da cultura Huni Kuĩ é o agroflorestal José Samuel, que concluiu sua formação como AAFI em 2010. Conhecedor das medicinas da mata, cultiva extensos parques medicinais distribuídos na aldeia Vida Nova. Teve e ainda tem como mestre da medicina tradicional, o seu tio, pajé Felix. José Samuel se esforça em manter a sua formação continuada, escrevendo frequentemente no seu diário de trabalho. Também trabalha na produção de mudas em seu viveiro. Nesta assessoria, construímos um novo viveiro na aldeia Vida Nova, porque o do AAFI fica no sítio onde mora atualmente. Antes de morar na aldeia Vida Nova (isso há 5 anos), morou na aldeia Japinim. Esta aldeia já mudou de lugar por três vezes e quando viajamos pelo rio Breu, observamos as antigas áreas manejadas e é formidável notar os seus frutos ainda produtivos destacando-se no meio da mata, muita pupunha, açaí, cocão, entre outras espécies. José Samuel foi fundamental na logística de entrega dos kits de materiais nesta assessoria. Samuel escreveu um relatório sobre a atividade, do qual há uma cópia no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Indígena (CDPI/CPI-Acre). Foi admirável a competência, responsabilidade e confiança que lidou durante a subida com a carga.

---

[4]José Frank M. Silva II Oficina de Atualização do Plano de Gestão da TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu- CPI Acre, 2017.

[5]Mapas temáticos: uso da terra, ocupação, caçada, fluxo de fauna, pesca, hidrográfico, vegetação e histórico.

AAFI Chico Petxanka da aldeia Nova Morada

No primeiro dia de atividades em sua aldeia, o AAFI Chico Petxanka procurou nos apresentar um pouco do cotidiano das famílias e de seu trabalho. Chico já é AAFI há nove anos e essa foi sua primeira assessoria. Andamos pela aldeia, visitamos famílias do grupo Petxanka e do Sr. Oliveira, como também as áreas de produção agroflorestal. Roçados de macaxeira, banana, de folhas de coca, uma considerável produção em SAF e quintais com cultivo de açaí solteiro, coco de praia, cacau, limão, pupunha, murmuru, pifaia (palmeira usada para artesanato), algodão, entre outros. Mesmo com uma diversidade de espécies em produção e plantios, o AAFI relatou as dificuldades que a comunidade tem para ter acesso a ferramentas e que avaliava a chegada dos kits, como um grande incentivo tanto ao seu trabalho, como dos demais. Nas áreas produtivas, encontramos espécies de palmeiras e observamos que o manejo com escadas (em detrimento da derrubada), é uma prática local para o uso e conservação das palheiras.

O AAFI Chico Petxanka se destacou durante a assessoria. Dentre os poucos Ashaninka alfabetizados, Chico tem escrita e leitura com domínio das línguas Ashaninka e Portuguesa. Além disso, Chico é ágil e tem facilidade para se expressar. Participou até hoje de algumas oficinas da CPI- Acre nesta TI e no Centro Yorenka Atame; e mesmo com poucas oportunidades de formação técnica, é perceptível seu entendimento sobre a gestão do território. É um bom nome para indicar ao curso de formação presencial e assim fomentar o trabalho dos Ashaninka tanto na RESEX, quanto na TI. O AAFI Francisco Elivalter também fez um texto falando da importância de se trazer mais uma Ashaninka do Breu para a formação, sendo que ele já participou de dois cursos presenciais e reconhece como seu trabalho fortaleceu a partir desta vivência de formação.

Uso tradicional de escada para manejo de palheiras pelo AAFI Chico Petxanka. (Foto: Paula Lima)

Vista panorâmica do roçado e da casa do AAFI Chico Petxanka. (Foto Paula Lima)

AAFIs em intercâmbio

O AAFI Francisco Elivalter teve uma enriquecedora oportunidade de se trabalhar na modalidade de intercâmbio. Pude lhe acompanhar em duas assessorias na TI Arara do Igarapé Humaitá. Além de ter um trabalho bem desenvolvido junto a comunidade da aldeia Novo Acordo, durante as formações é atento as atividades escritas, ilustrações e auxilia na mediação dos conteúdos práticos nas áreas profissionais. E de forma estratégica, representa a AMAAIAC com muita desenvoltura e clareza nos discursos. Tem facilidade para escrita e boa oratória, e também entregou seu Diário de Trabalho. Logo após o retorno desta assessoria, reuni-me com o presidente da AMAAIAC, Poá Katukina e com a assessora política Francisca Arara, e informei-os sobre o destaque do AAFI e o interesse em participar de mais formações e representações da categoria.

O AAFI José Ângelo foi uma sugestão que recebemos para convite do intercâmbio, tornando possível a formação direta de um AAFI e a incidência indireta da CPI-Acre, em TIs que não executa projetos atualmente. Foi perceptível a evolução e inserção do agroflorestal durante as atividades. Relata que não havia participado de formações técnicas e que a partir desta assessoria, aprendeu a trabalhar com a construção de viveiros e sementeiras, orientações técnicas sobre plantios, dentre outros novos conhecimentos que pretende encaminhar junto as famílias da sua TI. Nas últimas aldeias, José (como também Francisco Elivalter já nas aldeias iniciais), era o AAFI que orientava as comunidades sobre algumas práticas agroflorestais. Muito articulado politicamente, é liderança da aldeia Novo Destino e participa de conselhos municipais. Durante a assessoria, teve dificuldades durante as aulas teóricas e no registro escrito das atividades, pois não é alfabetizado. Recomendei para que procurasse se matricular na escola da aldeia ou até mesmo ver a viabilidade de estudar com sua filha, que hoje cursa ensino superior na UFAC, de Cruzeiro do Sul. A formação da CPI-Acre por mais que tenha disciplinas básicas, é um curso de ensino médio profissionalizante e o AAFI precisa já estar alfabetizado para iniciar sua formação. Essa pauta inclusive já foi levantada durante o Seminário de Formação dos AAFIs, além de ser um dos critérios internos da AMAAIAC.

O educador Fernando Henrique Kaxinawa

O assessor indígena Fernando Henrique, professor que concluiu o Magistério Indígena na CPI- Acre e o Curso de Licenciatura Indígena na UFAC (Campus Floresta), não trabalha mais em sala de aula. Segundo ele, já contribuiu por tempo suficiente e agora pretende dar chances para os demais professores, e desta forma ter dedicação exclusiva a AKARIB. Fernando deixou um admirável legado pra sua terra. A maioria dos jovens e adultos formados ou em processo de formação, como AAFIs, AISAN, AIS e professores, sempre o mencionam como grande referência na educação. Alguns AAFIs que hoje são exímios ilustradores, relatam que Fernando incentivava os desenhos em suas aulas. Como também os cantos tradicionais, durante as aberturas culturais. Segundo Fernando, antes de começar a participar dos cursos de formação da CPI-Acre, os rituais de Nixi Pae já não existiam mais no Breu e ele foi um dos grandes incentivadores da revitalização cultural.

A realização desta assessoria de forma tão agradável, foi por mérito da parceria com o Fernando Henrique. Com certeza foi a escolha mais adequada que as comunidades da TI poderiam definir para essa função, de consultor indígena do Projeto Experiência. Um profissional responsável, dedicado, engajado com seu povo e com a militância indígena, destacou neste trabalho tanto na parte da articulação e organização das atividades, como brilhantemente dedicou-se aos seus registros diários, na maioria desses sob a luz da lamparina.

Fernando Henrique em sua assídua dedicação na escrita dos relatórios. (Foto: Paula Lima)

Protagonismo das mulheres

"Bom dia, meu nome em português é Maria Francisca Pereira Kaxinawa, agora meu nome indígena é Yaka. Tenho 35 Bari (anos). Também ajudo o agroflorestal plantando aqui na aldeia Glória de Deus, já plantei tangerina, plantei o biriba, tudo isso para ajudar o agroflorestal. Plantei manga. Agora semente de couve não plantei, porque aqui só tem fruta, aqui não tem não muita verdura. Eu cozinho com chicória. Eu sou Parteira na aldeia. Eu sou cozinheira na assessoria, eu faço comida e tiro banana. Só isso mesmo, agora os parentes estão só escutando, eu falo em português, só um pouquinho".

Parteira Yaka

As mulheres, que já participavam das atividades deste o começo da assessoria, foram convidadas para assumir as discussões sobre os cuidados com o lixo e uso da água. Com muita fluência na LI faziam apresentações extensas (mais especificamente as mulheres Huni Kuĩ), sempre muito ricas em informações, que na sequência eram traduzidas pelo Fernando Henrique. Ressalto a participação da liderança feminina Maria Francisca Pereira Kaxinawa, Yaka, parteira, que é casada com o Gilberto Marceno Kaxinawa e residem na aldeia Glória de Deus. Numa firmeza admirável durante a sua apresentação, abordou temas além dos já propostos e de total sensatez como: execução de projetos que visam fortalecer as iniciativas já desenvolvidas de produção de energia limpa, como os painéis solares distribuídos em algumas moradias desta TI.

Que as mulheres passam o dia todo realizando uma infinidade de funções, nos cuidados com a casa, roçado, filhos, etc; e que na maioria das vezes só resta a noite para trabalhar com o artesanato; e como dedicar a esse ofício apenas com a claridade da chama de uma lamparina? Que os homens também tem sua dedicação com as esculturas e outras artes, restando tempo para o ofício no período noturno.

Outro ponto levantado foi que a comunicação é um dos maiores problemas na TI, sua ausência dificulta a interação entre aldeias e município, impossibilitando um fluxo eficiente de informações.

Plenária de mulheres. (Foto: Paula Lima)

Enriquecimento de área pela liderança cultural feminina, aldeia São Jorge. (Foto: Paula Lima)

.E outro ponto relevante, que as mulheres estão de fora dos espaços onde se constroem as tomadas de decisão, que as lideranças masculinas deveriam interagir mais com elas, que em algumas situações podem apoiar na coordenação de demandas pontuais.

Informei ao Fernando Henrique, atualmente presidente da AKARIB, de como a temática de gênero tem ganhado destaque nos editais de projetos. Que hoje existem editais específicos para atender demandas das mulheres e em outros editais, recebem mais pontos numa escala classificatória, projetos que façam a inclusão de gênero. Acima de tudo isso, é essencial valorizar o papel da mulher no contexto comunitário, suas habilidades, percepções que às vezes são imperceptíveis aos olhares dos homens.

Sugeri ao Fernando uma conversa com as mulheres pensando em desenvolver um modelo de conselho de mulheres dentro da representação da AKARIB, um espaço que favoreça a participação feminina. Espaço que permita a sua expressão e definições para tomadas de decisão. As mulheres, aparentemente vistas como tímidas, sentiam-se à vontade nos espaços de fala durante nosso trabalho. Talvez a presença de uma assessora mulher tornem-as mais próximas e identificadas com a nossa figura.

Além disso, o incentivo para a participação das mulheres, necessita ser uma dedicação de todas nós assessoras enquanto desenvolvermos ações nas terras indígenas.

Dona Pedrinha, viúva do finado Lopes e liderança feminina da aldeia Nova Morada. (Foto: Paula Lima)

Mulheres Ashaninka durante abertura cultural na aldeia Morada. (Foto: Paula Lima)

Atividade prática de construção da sementeira. (AAFI Francisco Elivalter)

Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Quintais

As aldeias da terra indígena, de forma geral vêm desenvolvendo e fortalecendo os sistemas e quintais agroflorestais no sentido de transformar totalmente as suas paisagens. A CPI-Acre já acompanha a formação dos AAFIs nesta terra há muitos anos, com assessorias nas aldeias e com agroflorestais presentes em cursos de formação. A "marca" da atuação desta categoria no Breu, é facilmente identificada na diversidade e quantidade de espécies frutíferas cultivadas, parques medicinais manejados, produção de mudas em viveiro e consequentemente enriquecimento de áreas. Vale ressaltar que essas iniciativas não se limitam aos AAFIs, pois determinadas famílias e lideranças também dedicam a produção agroflorestal.

A Aldeia Jacobina é um exemplo de quintais e SAFs com tamanha produção. Relataram que a produção de frutas é tão farta e não conseguem "dar vença". Solicitaram apoio para o beneficiamento da produção frutífera como a aquisição de freezers, despolpadeiras e placas solares para fornecimento de energia.

No decorrer do levantamento das áreas agroflorestais, uma prática que foi desenvolvida em todas as aldeias assessoradas, o censo populacional das famílias da Jacobina destacou. Seguem abaixo os dados levantados de forma participativa com a comunidade:

Total de plantas levantadas e classificadas por categoria de uso- Aldeia Jacobina			
Frutífera	10.811	Medicina	434
Florestal	2.241	Ornamental	18
Anual-legume	397	Outro uso	55
Sagrada	60		
Total: 14.016			

Produção em sementeira na aldeia Nova Morada. (Foto: Paula Lima)

Produção em sementeira na aldeia Morada Nova. (Foto: Paula Lima)

Durante a assessoria na TI do Breu, foram levantados 37.8 hectares de produção em SAFs e quintais, implantadas novas áreas que totalizaram 1.5 hectares e enriquecidos outros mais 12.7 hectares em áreas agroflorestais. Foram levadas mudas de açaí touceira do CFPF e distribuídos um total de 2.500 unidades, entre as 10 aldeias assessoradas. Trabalhamos em parceria com a escola e demais comunitários na produção em sementeira a partir de 20 kgs de sementes levadas do CFPF, dentre espécies como carambola, cacau, caja e castanha do Brasil. Foram plantadas 455 mudas de açaí touceira[6], açaí nativo, abacate, tangerina, cacau nativo e laranja. Na ocasião de produção dos viveiros nas aulas prática, produzimos 229 mudas entre açaís solteiros e touceira.

[6]As mudas de açaí touceira foram levadas do CFPF, já as demais espécies de frutíferas vieram da produção dos viveiros locais, manejados pelos AAFIs e comunidades em suas aldeias.

Pajé Felix e escultura do Huãkaru Yuxibu. (Foto: Paula Lima)

Tratamento com medicinas para "dordolho" no AAFI José Ângelo. (Foto: Fernando Henrique)

Uso da medicina tradicional

Fomos recepcionados com muito entusiasmo pelas famílias que nos aguardavam no grande kupixawa da aldeia Japinim II. Entre várias mulheres, crianças, lideranças, jovens e adultos, estiverem presentes os moradores da aldeia Japinim I. Quem conduziu inicialmente a nossa conversa, foi o pajé Félix, junto ao agroflorestal novato Silomar Pedro Samuel. Ambos convidaram a nossa equipe e demais participantes para uma visita ao parque medicinal Huãkaru Yuxibu. No local, conhecemos os plantios manejados pelo pajé, o viveiro de mudas e sementeira que são uma iniciativa do AAFI Silomar, o " Consultório Ao Vivo" onde o pajé Felix e seu filho Crialdo Pedro fazem os atendimentos e o laboratório de produção de chá medicinais, a exemplo do Nixi Pae e do "chá milagroso", este feito com cascas de aguano. Em um quarto do consultório, o pajé coleciona vários livros de pesquisa de medicinas, quanto de outros temas. Muito interessado, entusiasta da prática de escrita e leitura, possui uma infinidade de levantamentos medicinais, os quais subsidiam seus diários de pesquisa. Inspirado no livro sobre o trabalho do falecido pajé Muru Agustinho Manduca, da TI Kaxinawa do Baixo Jordão, Felix busca por parcerias para uma publicação.

> *O meu segundo pai é o meu sogro, Crispim Samuel que é Pajé lá no Jordão. Ele não tem a escrita, nem leitura, ele aprendeu assim no oralmente. Eu tinha um pouco mais de 30 anos, eu fui visitar a minha mãe lá no Jordão. Uma senhora estava com dor de dente, de dia ela achava graça e de noite ela chorava, com dor, só à noite. Aí lá o velhinho passava o remédio tudo bonitinho, me chamou e disse: que tal quando tu tiver aqui, reza pra curar ela. Eu pensei, eu nunca sabia disso, aí eu sovinei com ele: ah não sei não! Mas pensei: olha... o meu sogro ele sabe de muita coisa, ele está dizendo para eu estudar com ele. Pedi: eu quero que você me ensine o remédio pro veneno pra cobra, remédio pra dor de cabeça. Ele me falou que já estava velho, que senão passar pra frente esses conhecimentos, que quando ele se acabar, leva junto os remédios. Me falou que eu tinha que aprender, pra conseguir curar. Depois de um tempo, ele faleceu e me forcei a estudar mais. De lá pra cá aprendi 331 espécies de medicina. Nem tudo eu plantei no meu parque, mas eu conheço muita coisa na mata. A maioria que tem mais necessidade de tratamento, já está tudo plantado no parque medicinal. Agora se não tenho plantado, eu consigo de longe, trago e planto aqui próximo.*
>
> Pajé Felix

Experiências com a criação de animais domésticos

Encontramos nas aldeias Cruzeirinho e Jacobina experiências exitosas com a criação de aves. Duas famílias tinham ótimas estruturas de galinheiro, construídos com tela para pinteiro, em um espaço amplo e arejado. E em uma das experiências, o galinheiro era coberto com palha, oferecendo conforto térmico aos animais. As aves e patos eram criados soltos e a noite descansavam no galinheiro em áreas distintas. Todas essas características essenciais para uma adequada avicultura indígena.

"Meu nome é Lenizia e no Hãtxa Kuĩ sou Timpani(...). Eu cuido assim das galinhas, de manhã se eu mesma não for, eu mando os meus meninos abrirem o galinheiro, mas falta o milho para dar. Quando tem, a gente dá, mesmo que seja um pouquinho de milho comprado. A tarde é a mesma coisa, se eu não for, ou vai Raimundinho ou os meus meninos que vão fechar.
(...) Desde quando começamos a criação, nunca vimos isso de doenças nas galinhas, nunca morreram e nunca pegaram mal na cabeça até agora. Raimundinho falou que não dá doença porque não misturamos com os outros animais, até porque o único animal que temos aqui é cachorro. Agora eu não sei daqui para frente, porque nós já estamos criando o porco. Perdemos muito milho que plantamos que a água levou, mas estamos correndo atrás. Quando vendemos galinha, tem que correr com esse recurso para comprar milho para elas. (...)Os cuidados com os pintinhos são assim, prestamos atenção porque tem galinha que só quer dormir aonde ela chocou. Se ela chocou numa caixa, ela quer dormir ali e se você não tiver cuidado, ela amassa os pintinhos. O lugar onde fica o pintinho tem que estar enxuto, onde ele dorme também. Aí quando ele acorda e sai do lugar de manhã, tem que ver se ele amanheceu animado, se ele amanheceu triste.

Mestra Lenizia

Acima fotos das vistas externa e interna do galinheiro da aldeia Cruzeirinho. No caso, usaram cobertura de Brasilit, o que não recomendado por conta da quentura e muito barulho durante as chuvas, ambos causam estresse animal e diminuem a produtividade. A melhor opção no caso, é a cobertura tradicional de palha, como nas fotos seguintes. na aldeia Jacobina. (Fotos: Paula Lima)

Na aldeia Jacobina. (Fotos: Paula Lima)

Uso do mapa na aldeia Morada Nova.
(Foto: Paula Lima)

Uso do mapa na aldeia Nova Aliança.
(Foto: Paula Lima)

Contexto de ameças e "invasões"

Enquanto assessorávamos a aldeia Nova Aliança, fomos informados que havia indígenas do Breu trabalhando como mão de obra na construção de um galpão que atenderá a futura construção do ramal madeireiro peruano. Esse ramal começou ser aberto nas cabeceiras do Alto Tamaya, na antiga base da Madeireira Forestal Venal e segue até o município de Tipisca.

A construção do ramal madeireiro, foi levantado durante a oficina de 2018, com uma das principais ameaças à TI. Procuramos refletir juntos sobre a questão, pois se as comunidades sinalizam o ramal madeireiro como uma ameaça, como pode haver indígenas Huni Kuĩ da TI fortalecendo esse cenário? Que isto poderá até comprometer um futuro embargo ao ramal, pois iriam alegar que indígenas brasileiros colaboraram com o empreendimento e legitimar a obra como um benefício para as comunidades do Breu. Pedi ao AAFI José ngelo que compartilhasse caso semelhante vivenciado na comunidade nativa peruana de Sawawo. Esta apresentação do José Ângelo foi compartilhada em todas as aldeias visitadas.

> *Os madeireiros que vem com o ramal, estão com previsão de sair aqui nos Koshireni e lá no Amônia aconteceu assim, no Sawawo. Primeiro veio a empresa, que mandou fazer casa grande, eles chamam de casa comunal, que é uma casa de reunião. O Fernando Henrique falou que já estão fazendo uma casa grande aqui no Koshireni, dessa mesma forma aconteceu lá no Amônia, do lado peruano. Lá eles diziam que iam fazer um ramal, para andar, transportar os produtos deles para vender, para tudo ficar mais fácil. Mas isso aí é mentira! Lá fizeram o ramal, mas foi para tirar madeira, levaram a madeira todinha, aguano, cedro, cumaru, toda a madeira de lei. Depois a empresa foi embora, os parentes lá ficaram sem madeira, sem caça, sem peixe e deixaram foi muito vazamento de óleo diesel, onde eles usavam as máquinas e jogava tudo nos igarapés. Foi uma desgraça mesmo que deixou para os índios do Amônia. Nós que moramos mais embaixo, vamos pegando todas as coisas ruins, bebendo a água do rio... escorre tudo para o rio. Pois um parente lá do Sawawo, veio agora em dezembro, passou por minha aldeia e me disse como estão as coisas. É bom convidar alguém do Sawawo quando tiver essas oficinas no Breu, convidar um chefe de lá, da Aconadish.*
>
> (AAFI José Ângelo)

Aldeias indígenas na RESEX Alto Juruá

As aldeias que ocupam a área da RESEX ajudam na proteção territorial, reflorestamento e enriquecimento de plantios, nas mais variadas áreas de manejo agroflorestal. As lideranças locais querem muito se aproximar das comunidades que vivem na reserva e possibilitar espaços de formação que incluam esses moradores. Já existem três aldeias Ashaninka na RESEX e duas Huni Kuĩ. Não só o território da reserva está sendo ocupado por mais indígenas, como também as aldeias dentro da TI estão se dividindo. Através de uma dinâmica de ocupação do território, é evidenciada uma tendência de criação de novos sítios, futuros subgrupos, quando finalmente almejam a formação de novas aldeias. Os motivos dessa dispersão pelo território são variados, como conflitos internos à escassez de recursos devido ao aumento populacional. De fato, o recurso mais decisivo para mudança de aldeias seja o acesso a água, através das cacimbas.

Discussões Políticas

No campo da Agroecologia, debatemos sobre o modelo de agricultura desenvolvido, como também preconizado pelo novo governo brasileiro. O agronegócio, modelo responsável por concentração de riquezas, terras e por consequência um dos grandes fomentadores de conflitos no campo. Conflito este que se acirra sobre terras indígenas, num contexto político que persegue e ameaça direitos e garantia de territórios.

O que procurei refletir juntamente às comunidades visitadas, foi o modelo defendido pelos governos nacional e estadual, que vê a floresta, e consequentemente os povos indígenas e comunidades tradicionais, como entrave ao "desenvolvimento".
Que as áreas de floresta em pé são o principal alvo da proposta econômica neoliberal, que lamentavelmente a visualiza como fonte de exploração de recursos naturais de forma predatória e degradadora. Que mais que nunca é hora do movimento indígena manter-se mais unido que de costume, que as famílias precisam se conscientizar das políticas governamentais que não valorizam suas terras, que necessitam se dedicar ainda mais à produção sustentável em seus modelos agroflorestais.

Essa questão foi conteúdo abordado em todas as aldeias durante as reuniões comunitárias. Dividimos a nossa primeira conversa em duas partes: primeiro a notícia boa, quando apresentávamos as ações da CPI-Acre para esta TI, previstas nos próximos três anos. Depois a notícia ruim, quando compartilhava a conjuntura política dos atuais governos. Notícias como desmonte da FUNAI, possível exploração de recursos naturais nas TIs, revisão de demarcação de terras, sem previsão de novas demarcações, de fato uma síntese de um cenário assustador, de perseguição de direitos e intensificador de conflitos fundiários, assim foi a nossa pauta inicial.

Pelo Breu ser uma TI distante, sem comunicação e que as pessoas vão ao município muito raramente, a política atual era ainda desconhecida por boa parte das famílias. Um misto de emoções manifestava-se, desde a perplexidade diante da conjuntura, da gratidão por levarmos informações relevantes para as comunidades, como o mais importante, assumir uma postura de enfrentamento diante todas as ameaças, procurando fortalecer seus plantios, manejo dos recursos, autonomia produtiva, união entre os moradores das aldeias e consequentemente o vigor do movimento indígena historicamente resistente.

Proposta de parceria com a prefeitura de Marechal Thaumaturgo

No dia 7 de fevereiro de 2019, véspera da subida para a TI Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu tive uma reunião com o prefeito do município, Isaac Pyanko. Foi oportuno para fazer o repasse da oficina realizada no Breu em outubro de 2018 e acompanhar os desafios atuais da gestão municipal. Abaixo seguem alguns trechos da nossa conversa:

> *.... a respeito desse processo de olhar o município, seu entorno com a presença dos povos, pensar o território com a participação dessas lideranças e com isso, promover alguns encontros. (...)Então propus que pudesse fazer uma parceria, com outras instituições como no caso da Apiwtxa e mais outros parceiros, para procurar tirar dali algumas linhas de trabalho e a gente seguir trabalhando.*
> *(...)Então a gente pensou em montar um projeto onde pudesse garantir uma equipe, dentro e através da prefeitura, mas aí nós temos que garantir um mandato pelo menos, porque vai que eu começo a iniciar isso e eu tenho só dois anos para finalizar o meu mandato. E depois fica na mão de outra pessoa e joga tudo. Eu deveria iniciar essa parceria agora, mas eu teria que ter a garantia de mais quatro anos. Pra gente seria mais quatro anos de estudo, para deixar bem a prefeitura e os povos indígenas também.*
> *Sobre a questão do lixo nas aldeias, as comunidades precisam de uma organização interna, para disponibilizar a retirada de lá, programar e colocar dentro do calendário de vinda deles. Fora isso, nós teríamos que ter um projeto de fortalecimento, ou então o município trabalhar com um sistema de arrecadação(...) Estamos criando uma cooperativa (com os senhores Pepeta e o Material), vou através do município desapropriar um lote, comprar e doar para eles. Eles precisam ter um bote para andar na beira do rio, juntar os alumínios, ferros, arames, latas, garrafas PET. Vou estruturar eles para que possam nos auxiliar. Eles já estão vendendo bastante, estão com 10 toneladas de plástico e de latas alumínio.*
> *Também coletam bateria e tudo aquilo que tem fins comerciais, que pode ser reciclado e vendem para Rio Branco. Os AAFIs e AISAN podem apoiar na separação e coleta das pilhas e baterias. O que não for reciclável, as famílias trazem e a gente pode jogar no nosso aterro. Temos separação do que é local para carcaça de animais, lixo hospitalar e mesmo o domiciliar. Essa é a nossa estrutura, acho que vai funcionar com essa visão mais macro, aí se desenvolve o específico e a gente vê aonde a gente pode entrar."*

Acesso à água potável

Uma das ações previstas neste projeto é a instalação de sistema de captação de água da chuva. Um número inicial de oito famílias receberá pontos de captação de água, que serão escolhidas de forma participativa e considerando critérios como população da aldeia, dificuldade de acesso à água (número de cacimbas, igarapés, rio) e com prioridade àquelas não atendidas pelos Sistemas de Abastecimento de Água da SESAI. A discussão sobre a captação de água da chuva foi dedicada na Oficina de Gestão Ambiental e Territorial e Manejo de Resíduos Sólidos- Terra Indígena Kaxinawa Ashaninka do Rio Breu, realizada na aldeia Vida Nova em outubro de 2018. Durante a assessoria, foi relembrada e debatida em reuniões em cada aldeia. Houve algumas mudanças dos nomes levantados anteriormente, a exemplo do Vander Sereno Iskubu da aldeia Jacobina, que recentemente iniciou um projeto de captação de água da chuva. As demais alterações vieram de discussões internas durante a assessoria, onde concluíram que havia famílias com maior demanda pelos pontos de captação, momento este onde reforçamos a prioridade por atender famílias numerosas e com moradores já idosos nas casas. Parte das casas escolhidas ainda passará por reformas/e ou ampliações e buscou-se por pontos estratégicos, os quais possibilitem uma distribuição mais ampla da água armazenada e assim mais famílias contempladas.

Mutirão para limpeza com lideranças e conselho da saúde. (Foto: Paula Lima)

Manejo do lixo nas aldeias

Pelo fato de as aldeias estarem distantes do município, não há muita aquisição de produtos industrializados, tampouco pelas escolas de maioria municipal, que já regionalizaram a merenda. Assim, quase não se encontra lixo ao redor das moradias. Porém, para aquelas aldeias onde o lixão ainda é uma prática de manejo dos resíduos sólidos, ocorre que não há uma triagem do lixo, acabam acumulados em áreas de risco de contaminação ambiental e proliferação de doenças, principalmente pelo lixo hospitalar deixado pela equipe de saúde do município.

Uma prática trabalhada em todas as aldeias assessoradas, foi uma visita aos lixões. Apenas as aldeias Vida Nova e Jacobina não possuem lixões, organizando a separação correta do lixo e devolvendo ao município. Durante nossa caminhada pela aldeia Vida Nova, fomos a escola que se encontrava deteriorada e identificamos lixo da equipe de saúde do Polo Base. Era um bocado de descarte de lixo contaminante, como kits de teste rápidos (diagnóstico de hepatites, sífilis e HIV). O grupo da aldeia que pertence ao conselho de saúde, fez um mutirão de limpeza durante a assessoria e se organizaram para denunciar o descaso da equipe em não retornar com o lixo hospitalar para o município. Além de ser uma responsabilidade da equipe de saúde em retornar com seu material de trabalho (com devida atenção o lixo hospitalar) a prefeitura conta com um "aterro" onde há vala exclusiva para descarte de materiais contaminantes.

Uma das orientações mais incisivas que desenvolvemos na discussão de manejo de resíduos sólidos na assessoria, foram os cuidados com o lixo tóxico. Sobre o risco do lixo hospitalar permanecer na aldeia e que deveriam acompanhar, principalmente o AIS, se a equipe de saúde organiza e retorna com seus resíduos para o município. Também houve relatos que haviam seringas e agulhas usadas no porto do rio, mas que já haviam feito a limpeza. E que crianças estavam pegando as seringas usadas e tomando água durante brincadeiras.

Enquanto assessorava a aldeia Nova Aliança, reencontrei com a equipe do Polo Base e relatei os casos onde encontramos lixo deixado de forma imprudente. Conversei com o coordenador da equipe, que ficou um pouco sem graça quando tocamos no assunto (principalmente do lixo na escola da aldeia Vida Nova), que assumiu as falhas e iria conversar com a equipe sobre a necessidade de ter mais atenção.

Porém, também tentou se esquivar da situação, relatando que as “vezes os txais dizem que vão queimar pra gente”. Coloquei que no aterro municipal há vala exclusiva para descarte de lixo hospitalar e que não é correto incinerar esses materiais na aldeia. Conversei com Fernando Henrique e o AAFI José ngelo sobre a necessidade de ocorrer uma reunião de repasse da assessoria à prefeitura e também ao Polo Base. Preparamos uma pauta para a conversa com a equipe da saúde, procurando parcerias para apoiar com a baixada do lixo tóxico e não orgânico, já que visitam as aldeias mensalmente. Também definimos que na conversa com a saúde, fosse sugerida uma nova linha de ação de seus trabalhos. Necessária atenção à medicina preventiva e que realizassem acompanhamento da saúde ambiental, pois do que adianta subirem nas aldeias para vacinar e medicar as famílias, se não há um entendimento que às vezes o próprio ambiente está contaminado e consequentemente afetando a saúde das comunidades.

Fui informada que a iniciativa Trok Trok, que fazia a coleta do lixo reciclável no município e troca de um quilo de lixo por um quilo de alimento não vingou. Mas o AAFI José ngelo disse que os pontões de combustível onde fabricam palhetas para motor de barco, compram alumínio para reciclar. Pactuamos com as comunidades e especialmente de forma enfática o Fernando Henrique lhes orientou, sobre a necessidade dos lixões deixarem de ser uma prática. E que é uma responsabilidade das famílias organizarem seus lixos em casa e participar da construção de soluções para a logística de devolução para o município. No município, acreditamos ser o local onde já se tem um planejamento para o destino devido a esses materiais. Também pensar em uma iniciativa de ponto de coleta na comunidade da Foz do Breu, onde os catadores do município possam ter acesso ao material já acumulado. Os AAFIs em intercâmbio gostaram muito desta temática trabalhada na assessoria e objetivam fazer reuniões junto as suas comunidades informando sobre o manejo correto do lixo nas aldeias.

Na aldeia Jacobina, o AAFI Jackson Sereno e o seu pai, o AIS Ruinete Sereno, informaram que desde 2018, já organizaram coletas de lixo na aldeia, separando por tipos. Armazenaram o lixo inorgânico em uma casa, aguardando oportunidade para baixar com o mesmo para o município. O lixo orgânico foi destinado para composteiras, sendo que cada casa tem a sua.

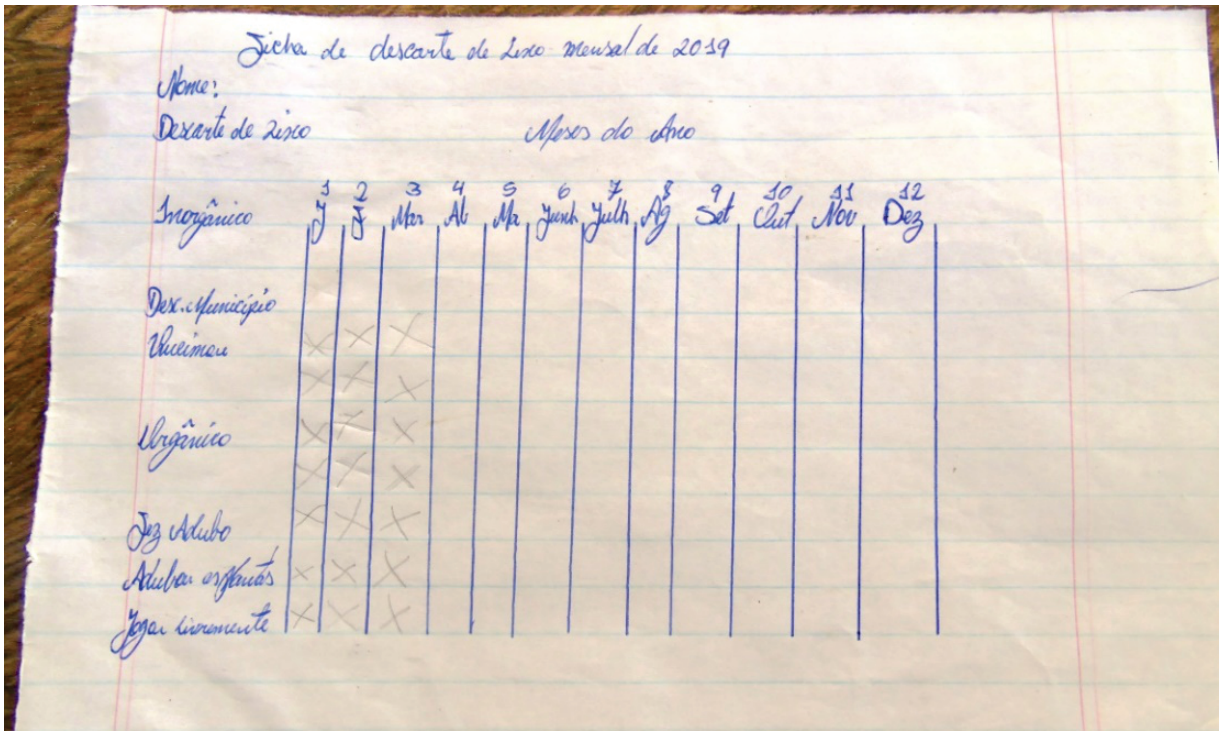
Criança brincando na escola ao lado de kits de teste rápido usados. (Foto: Paula Lima)

Armazenamento do lixo não orgânico. (Foto: Paula Lima e Fco Elivalter)

Composteira (Foto: Paula Lima e e Fco Elivalter)

Existe um calendário de manejo do lixo na aldeia e para acompanhar a sua execução, se reúnem duas vezes no mês, para avaliar como as famílias estão manejando o lixo.

Na aldeia Jacobina não tem mais lixão. A ideia de acabar com o lixão foi a partir de uma reflexão comunitária de como estava o manejo dos resíduos. Antes enterravam e de acordo com o AIS Ruinete: *viu que de repente enchia, estava poluindo os quintais e plantações e que isso tinha a tendência de aumentar. Viram que não estava certo, tiveram ideia de jogar o lixo na mata, na sapopemba há uma distância de uma hora. Depois viram que todo canto que passavam, já estavam com lixo e que isso também corria para o igarapé, que ocorria poluição da mesma forma. Então buscaram a solução de baixar para o município. Que a equipe da saúde também deixava lixo e orientaram pra não deixar mais. (De fato é uma das poucas aldeias que não acumulam lixo contaminante da equipe de saúde). Que a aldeia tem um plano de gestão do lixo, que antes era mais na teoria e agora já está na prática. Que durante o tempo vão avaliando, nesse momento cada família anotada a sua fichinha, com um calendário sobre se queima, se leva pro município. Como AIS sente que necessita fiscalizar essa parte na aldeia mais de perto. Cada casa tem um vaso para o lixo para separar. Usam o adubo orgânico nos plantios e nas hortas orgânicas.*



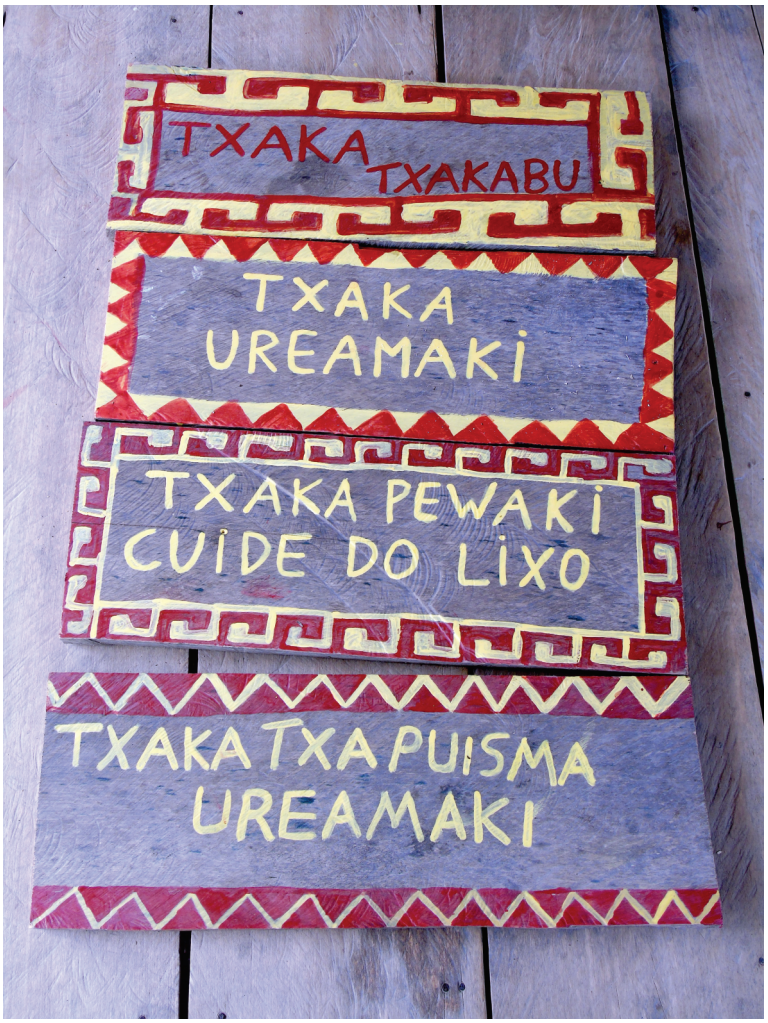
Ficha de controle do lixo. (Foto: Paula Lima e Fco Elivalter)

Ações educacionais

Destaco duas ações educacionais que foram dedicadas nesta assessoria. A criação de espaços de leitura, onde os livros didáticos de autoria indígena editados pela CPI-Acre foram expostos nos ambientes das reuniões e ficavam acessíveis aos participantes para folheá-los, realizarem leituras em grupos ou individualmente, e distribuição destes aos interessados pelos estudos. As placas educativas também foram muito ricas de se explorar. Uma possibilidade de se praticar a escrita da LI e utilizar desta ferramenta para fortalecer ações de educação ambiental. Além de ser uma atividade lúdica, ela dá uso social a língua escrita indígena, estímulo e prestígio à escrita, e isso faz parte da política linguística da CPI- Acre, além de ser informativa. As placas tinham a sua produção de modo livre, guiada pela criatividade de cada indígena.

Placa educativa na aldeia Vida Nova. (Foto: Paula Lima)

Placa educativa na cacimba da aldeia São José. (Foto: Paula Lima)



Placas educativas na aldeia Vida Nova. (Foto: Paula Lima)

Produção de placas educativas. (AAFI Jacson)

Espaço de leitura na aldeia São Jorge. (Foto: Paula Lima)

Leitura dos materiais didáticos na aldeia Vida Nova. (Foto: Paula Lima)